

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 02/2017 DE 20 DE JANEIRO**

Aos **vinete** dias do mês de **janeiro** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Eng.<sup>o</sup> João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 19 de janeiro de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Regina Almeida Ramos, coordenadora técnica em serviço na Divisão de Administração e Finanças, indigitada verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

**----- Período “Antes da Ordem do Dia”-----**

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados pelo Sr. Presidente os seguintes assuntos:-----

**----- a) Comissão Municipal de Proteção Civil. -----**

----- O Sr. Presidente informou que no dia 19 do corrente mês realizou-se nesta Câmara Municipal a 1.<sup>a</sup> reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil tendo em vista a elaboração do Plano de Emergência Municipal. O procedimento para a elaboração daquele Plano de Emergência será aberto pela Comunidade Intermunicipal e para vários Municípios que integram CIMDVL e que ainda, tal como Vila Nova de Paiva, ainda não têm Plano de Emergência Municipal.-----

**----- b) Berçário e Creche da Associação de Solidariedade Social do Alto Paiva (ASSAP). -----**

----- O Sr. Presidente informou o Executivo de que solicitou à ASSAP e à Segurança Social a marcação de uma reunião para tratar do problema da creche e berçário daquela associação que estão em risco de fechar.-----

-----c) **Marcação de reunião extraordinária da Câmara Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente informou que provavelmente será necessário a realização de uma reunião extraordinária até ao final do corrente mês, tendo em vista a aprovação dos projetos da Regeneração Urbana e da Requalificação da EB1 de Vila Nova de Paiva, para serem candidatados a fundos comunitários. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação dos textos definitivos das atas da reunião ordinárias da Câmara Municipal do dia dezasseis de dezembro de 2016, e seis de janeiro de 2017,** aprovadas e assinadas em minuta nas próprias reuniões.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar os textos definitivos das atas das reuniões ordinárias de dezasseis de dezembro de 2016 e seis de janeiro de 2017. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 1.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017,** aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 02 de janeiro de 2017, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) Maria Helena Pires Salvador, de Touro -** Por requerimento registado em 06 de janeiro de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 25 de dezembro de 2016, de primeiro descendente, Lourenço Salvador de Moraes – Informação N.º 04-USC-17 de 11 de janeiro de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **c) Firma J. Moraes e Lages, Lda, sociedade por quotas com sede na Rua Central, n.º 893, na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, representada pela Sr.ª Maria Ester Loureiro Veloso, residente na povoação de**

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

**Adomingueiros, freguesia do Touro** – Por requerimento registado em 26 de dezembro de 2016, e ao abrigo do artigo 5.º do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, requer a regularização do licenciamento de um núcleo de aviários, constituído por três pavilhões, sítios no Lugar de Portinho, povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro – Processo n.º 151/2016 – Parecer Técnico n.º PL-004/2017, de 4 de janeiro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Instrução do processo – Desconformidade da localização das edificações com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de deliberação ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 19 de janeiro de 2017, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi aprovado um Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (doravante RERAE), que definiu o regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como o regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.*

*2. Aquele regime entrou em vigor em 2 de janeiro de 2015, mantendo-se válido para os pedidos de regularização, alteração ou ampliação previstos no apresentados no prazo de um ano a contar daquela data, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 3.º.*

*3. Entretanto foi publicada a Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, entrada em vigor em 24 de julho de 2016, que prorrogou por mais um ano, a contar desta data, e com efeitos retroagidos a 2 de janeiro de 2016, o prazo previsto no n.º 1 do artigo 3.º do RERAE.*

4. Aquela lei veio ainda promover a extensão do RERAE, estabelecendo que para além das situações a que se refere o artigo 2.º do RERAE, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º deste decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do RERAE, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo 1.º do RERAE, os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

5. Os pedidos de regularização são apresentados à entidade coordenadora ou licenciadora, instruída nos termos do artigo 5.º do RERAE, complementado com os elementos constantes da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, integralmente aplicável aos pedidos de regularização.

6. Verificando-se desconformidade da localização das edificações destinada à atividade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE, que os pedidos de regularização devem ser instruídos com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

7. Em 26 de dezembro de 2016 foi apresentado nesta Câmara Municipal requerimento da firma J. Morais e Lages, Lda, pessoa coletiva com o número 501 211 071, sociedade por quotas com sede na Rua Central, n.º 893, na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, representada pela Sr.ª Maria Ester Loureiro Veloso, contribuinte fiscal número 195 018 036, residente na povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, requerendo a legalização de um núcleo de aviários, em funcionamento há mais de trinta anos, sitos no Lugar de Portinho, povoação de Adomingueiros, freguesia do Touro, propriedade da referida sociedade, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, dado este Município ser a entidade licenciadora da atividade económica em causa, e tratar-se de edificações que nunca foram alvo de licenciamento por parte do Município.

8. Aquele processo de licenciamento foi registado nos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) sob o n.º 151/2016, sendo objeto da

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

*Informação n.º PL-004, de 4 de janeiro de 2017, anexa à presente proposta e apensa ao processo, na qual se descreve que o edificado existente é constituído por três pavilhões, devidamente inscritos na respetiva matriz predial urbana e com registo predial em nome da referida firma, que ocupam uma área de dois mil e cinquenta metros quadrados, verificando-se contudo desconformidade da localização das edificações com os instrumentos de gestão territorial em vigor vinculativos dos particulares, nomeadamente a área sobre que incidem as edificações ser insuficiente para a edificação deste tipo de edifícios, os quais também não respeitam os índices previstos no artigo 42.º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva.*

*9. Nesta conformidade, para que o processo de legalização/regularização do referido núcleo de aviários, com eventual alteração e ou ampliação, possa seguir os trâmites previstos no RERAE, o processo deverá ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, conforme estipula a alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do RERAE.*

*Assim, face ao exposto, e sem prejuízo dos demais procedimentos considerados necessários para completa regularização do processo de licenciamento, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para submissão à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 9 de julho, que delibere reconhecer o interesse público municipal na regularização do licenciamento do núcleo de aviários, em funcionamento há mais de trinta anos, sitos no Lugar de Portinho, freguesia do Touro, deste Município, propriedade da firma J. Morais e Lages, Lda, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade gerados pela atividade desenvolvida e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde se inserem aqueles aviários, caracterizada por uma forte desertificação e migração. “*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara acima transcrita, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

**----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----**

**-----** A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

-----ENCERRAMENTO-----

[illegible]